
GAÚCHOS E BEDUÍNOS, DE MANOELITO DE ORNELLAS, E AS DISPUTAS EM TORNO DO PASSADO SUL-RIO-GRANDENSE

GAÚCHOS E BEDUÍNOS OF MANOELITO DE ORNELLAS, AND THE DISPUTES ABOUT THE PAST OF RIO GRANDE DO SUL

Neandro Thesing
Mestrando em História – UFSM
nthesing@hotmail.com

RESUMO: Em 1948, Manoelito de Ornellas publicou *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, inserindo-se nos debates sobre a (re)formulação da identidade regional levadas a cabo em meados do século XX, no estado. Naquele momento, as disputas envolvendo o passado legítimo e os sentidos do ser gaúcho tomaram novos rumos, distintos daqueles nascidos com a criação do IHGRS e o "discurso oficial". Tanto a história disciplinar quanto os atores sociais envolvidos mudaram. Busca-se demonstrar as transformações ocorridas e como a obra insere-se no âmago desse processo.

PALAVRAS CHAVE: Manoelito de Ornellas. Gaúchos e Beduínos. Historiografia regional.

ABSTRACT: In 1948, Manoelito Ornellas published *Gaúchos e Beduínos: ethnicity and the social formation of Rio Grande do Sul*, inserting himself in the debates about the (re)formulation of regional identity occurred in the mid-twentieth century, in the state. At that moment, the disputes involving the authentic past and meanings of *gaucho being* took new turns, distinct from those born with the creation of IHGRS and the "official discourse". The history and the actors involved in its writing have changed. We try to demonstrate the changes occurred and how the book fills within the heart of this process.

KEYWORDS: Manoelito de Ornellas. Gaúchos e Beduínos. Historiography.

Enquanto campo de investigação acadêmica, a história da historiografia tem buscado novos caminhos para a análise da produção historiográfica sul-rio-grandense nos últimos anos. Problematicando as interpretações da chamada *historiografia crítica* dos anos 1980, os eruditos que produziram História local têm sido compreendidos por outros vieses que não apenas a dimensão político-ideológica.

Desde a institucionalização do saber histórico através da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), em 1920, a matriz disciplinar adotada pelos historiadores regionais não se manteve a mesma, transformando-se. A memória canônica

inicialmente estabelecida pelas primeiras gerações do IHGRS e, conseqüentemente, o modelo de como produzir História daqueles intelectuais foram questionados e modificados. Com a publicação, em 1948, de *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, Manoelito de Ornellas (1903-1969) marcou seu lugar no debate em torno da memória legítima para o estado. Propõe-se que a obra possa ser tomada como um exemplo das transformações ocorridas na matriz disciplinar em meados do século XX, no Rio Grande do Sul.

Aqui, toma-se a historiografia como porta de entrada para compreender a relação íntima mantida entre escrita da história e identidade regional, através da elaboração de certas propriedades típicas e supostamente congênicas da região sulina e de seus habitantes frente à formação brasileira, num projeto de enquadramento da memória coletiva. Entende-se Ornellas como parte de um setor da intelectualidade preocupado com o estabelecimento de uma essência sul-rio-grandense, um elemento fundamental e originário do *ser* gaúcho. A história era o local privilegiado para obtenção de matéria-prima ao empreendimento. Moldado, o passado seria capaz de sedimentar uma identidade para a região – o fim último desta busca pela essencialidade. Acredita-se que o processo de especialização do saber histórico no Rio Grande do Sul é parte fundamental da disputa pelo passado legítimo.

No contexto de produção e publicação da obra (década de 1940), tais disputas pela memória coletiva legítima tomaram novos rumos, distintos daqueles nascidos e defendidos pelos intelectuais envolvidos na fundação do IHGRS e do "discurso oficial". Tanto a história disciplina, quanto os atores sociais envolvidos mudaram. Manoelito de Ornellas e sua obra inserem-se no âmago desse processo, principalmente por manter estreitas relações com dois importantes novos protagonistas: o movimento folclorista e o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).¹

História e historiografia

¹ Este artigo é parte das pesquisas em andamento para o projeto *Fronteira, Identidade e Essência: a busca das origens do RS em Gaúchos e Beduínos*, de Manoelito de Ornellas, vinculado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do professor PhD Carlos Henrique Armani.

A história da historiografia enquanto campo temático toma a própria produção escrita dos historiadores como um objeto válido para análise, elaborando uma compreensão sobre a historicidade contida na disciplina: os historiadores e suas obras também contêm história.

A construção da História, e conseqüentemente da história, faz parte da elaboração de sentido intrínseca a qualquer sociedade humana.² As relações entre o saber histórico e o contexto que o gerou – e foi gerado – são foro privilegiado para compreensão da própria sociedade e dos sujeitos que elaboraram aquele discurso, demonstrando, acima de tudo, o porquê de haverem sistematizado, narrado e explicado o passado como o fizeram. "Nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem" (CARBONELL, 1987, apud MALERBA, 2006, p. 21). Nos desdobramentos da historiografia revelam-se a "produção de saberes relativos às figurações do tempo, do passado, do presente e do futuro, da condição humana e de suas ações, de uma imagem de si e do outro, de identidades e alteridades, de indivíduos, sociedades e culturas" (NEVES, 2011, p. 8).

As sucessivas gerações de historiadores construíram cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível, um patrimônio próprio da memória das sociedades, constituído por sua historiografia (MALERBA, 2006). Assim, a historiografia é compreendida como um discurso escrito que se afirma verdadeiro e legítimo. Sendo produto intelectual dos historiadores, resultado da consciência histórica, insere-se nas práticas culturais de fazer sentido do passado por meio da narração, tornando-se, ao mesmo tempo, uma espécie de prática cultural e estrutura mental das sociedades humanas. (RÜSEN, 2006).

Pensa-se com Michel de Certeau, concebendo a história como uma *operação*, sendo o resultado da combinação de um lugar social (um meio, uma profissão etc.), uma prática (procedimentos de análise e regras que lhe conferem um caráter disciplinar) e uma escrita (o texto historiográfico). Com esse pressuposto, Certeau ressalta o caráter institucional, o jogo de forças e as regras de composição ocultas na escrita da história, permitindo compreender a

² Deve-se atentar para a ambigüidade da palavra história, entendida em sua dupla significação, qual seja: a totalidade das ações humanas passadas e a narrativa ou relato que delas construímos hoje. Na língua alemã essa dupla significação torna-se mais clara, utilizando-se *Geschichte* para indicar o complexo de fatos e acontecimentos, e *Historie* para indicar o pensamento histórico e a elaboração historiográfica desses acontecimentos. A esse respeito ver: KOSELLECK, 2006, p. 133-145 e p. 41-60.

História como parte integrante da realidade social enquanto atividade humana, enquanto prática. (CERTEAU, 2007).

Segundo Roger Chartier (2002, p. 157-160), com sua obra, Certeau lembrou aos historiadores que a história é uma instituição, uma prática e, sobretudo, uma escrita. Toda escritura histórica é uma narrativa, uma "narrativização" que organiza em ordem cronológica, numa demonstração fechada e sem lacunas, materiais abertos ou vazados oriundos dos próprios procedimentos de pesquisa. Contudo, mesmo compartilhando as propriedades comuns de todas as narrativas, a histórica é particular, pois visa produzir um saber verdadeiro, dependente da verificabilidade. O que se deve pensar, então, é esse estatuto de verdade do discurso histórico – e pensa-lo não como uma emergência do passado, intacto, dos arquivos, mas como o resultado de uma correlação dos dados recortados pela operação do conhecimento.

Deve-se ressaltar que a perspectiva central aqui adotada não é a de realizar unicamente uma história social contida além ou após o texto historiográfico. Segue-se o caminho que acredita ser qualquer narrativa capaz de constituir mundos e, portanto, ser parte da constituição da realidade, ao mesmo tempo em que a constitui. Não se nega que o indivíduo produtor do texto seja um ser social, do contrário: na trama dos fios que darão sentido à sua narrativa, o autor deixa transparecer um arcabouço teórico gerado, ao mesmo tempo, na interação indivíduo-sociedade. A historicidade encontra-se no sujeito e na narrativa, indicando o momento e as condições em que tomaram forma.

Disputas pelo passado do Rio Grande do Sul

A historiografia brasileira procurou, ao longo dos séculos XIX e em grande parte do XX, explicar a substancialidade nacional. Substancialidade, identidade e busca do ser brasileiro eram objetivos daqueles autores. *Ser* é entendido como o fundo de "permanência na mudança, aquilo que dá estabilidade, constância e imutabilidade, diante do devir, este um modo de pensar que engloba tudo, duvidando de toda a fixidez." (ARMANI, 2002, p. 71).

Dentro dessa busca do *ser* nacional e das disputas em torno de sua legitimidade, a relação entre os predicados do propriamente nacional e do propriamente regional foram – e ainda são – uma dança intrincada. Especificamente sobre o Rio Grande do Sul, a relação da

região com o Brasil é marcada pela tensão permanente entre autonomia e integração. O estado pode ser visto como um caso de regionalismo constantemente evocado, atualizado e reposto em momentos históricos distintos. Enfatizar as peculiaridades do estado e simultaneamente admitir seu pertencimento ao Brasil constitui um dos principais suportes da construção social da identidade sul-rio-grandense, projetada do passado até nossos dias, informando a ação e criando práticas no presente. (OLIVEN, 2006, p. 13-14).

No estado, há, portanto, uma forte ligação identitária com o passado. Dessa forma, a análise da produção historiográfica mostra-se como campo fértil e relevante para a compreensão da realidade possível aos habitantes deste território.³ Entre as disputas pelo passado, o estabelecimento das origens e da essência, através da memória coletiva legítima do Rio Grande do Sul, investigada pela historiografia, teria como prêmio a definição de uma identidade cultural autêntica, a representação do mundo social mais apropriada.

A criação do IHGRS

Ieda Gutfreind (1992) é a referência clássica para se pensar o processo de estabelecimento da historiografia regional. A autora defende que a década de 1920 marca uma nova orientação nacionalista para a produção sobre o passado do Rio Grande, com a criação e consolidação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Até então, a historiografia escrita por Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela aproximava histórica e culturalmente o estado do Prata, com objetivos políticos autonomistas republicanos de diferenciação em relação às demais regiões da nação, voltado para si mesmo e capaz de sobreviver graças às suas potencialidades próprias.

A fundação do IHGRS demarca o nascimento do "discurso histórico das classes dominantes sob o capitalismo", escreve Gutfreind (1992, p. 23). A instituição se transforma no local por excelência para a definição da disciplina no estado, monopolizando o discurso legítimo, estabelecendo os parâmetros válidos e exercendo papel de "tribunal da história", autenticando ou rejeitando toda a historiografia produzida no RS.

³ Segue-se aqui o caminho que acredita ser qualquer narrativa capaz de constituir mundos e, portanto, ser parte da constituição da realidade, ao mesmo tempo em que a constitui.

A historiografia tradicional⁴ estabelecida pelo IHGRS partia do Estado e da nação, alicerçada em uma narrativa político-administrativa e em feitos militares. A autora defende que existiriam duas grandes matrizes interpretativas: *lusitanistas* e *platinistas*. Filiavam-se à primeira os historiadores que defendiam a predominância do elemento português na formação do estado; à segunda, os que sustentavam uma influência do elemento espanhol oriundo do Prata. Os temas fundamentais de divergência foram, grosso modo, a negação ou afirmação do separatismo da Revolta Farroupilha, a legitimidade de se considerar as Missões Orientais enquanto história do estado, e o caráter/formação do gaúcho.

Mesmo opondo-se, a conclusão fundamental de Gutfreind estabelece ambas as vertentes, a partir dos anos 1920, como um "binômio tautológico", devido a possuírem mesma origem social de enunciação – as elites regionais – e um mesmo objetivo político – inserir positivamente o estado no contexto nacional, legitimando a tomada do poder central com a Revolução de 1930, reflexo intelectual da "harmonia de interesses" das elites políticas locais e nacionais do período.

A partir deste momento e desta instituição, a matriz *lusitanista* estabelece-se como discurso majoritário, "vencendo" a disputa por seu discurso, naquele momento, coadunar-se aos interesses da elite regional em sua agenda nacionalista. Ainda que as duas matrizes entendessem a história do RS como resultado da exploração colonial portuguesa, a ligação ao Prata levou os platinistas a um progressivo enfraquecimento e perda de credibilidade intelectual: em 1930 já não existiriam mais espaços, diante da hegemonia lusitanista.

Gutfreind utiliza como chave de leitura para esse processo as ligações políticas e ideológicas dos autores. No que tange as fundamentações epistemológicas de pesquisa, o que havia no IHGRS era um *ecletismo teórico* entre seus membros. Não existia uma "discriminação filosófica específica" comum a todos, mesmo com a presença indelével do "positivismo comtiano difuso". Havia "uma interpenetração de doutrinas, de filosofias e de crenças. Utilizavam-se autores e suas ideias como forma de ilustração, e muitos deles foram mudando de orientação com o tempo" (1992, p. 119).

⁴ A definição de historiografia tradicional segue a síntese de Peter Burke: prioridade à história política tradicional, narrativa dos acontecimentos, grandes ações dos grandes homens, prioridade das fontes documentais escritas, busca das motivações que levaram aqueles "grandes vultos" a tomar decisões e a objetividade da história e do historiador. BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

Mesmo não abrigando um discurso equânime, havendo grupos com projetos distintos, o IHGRS possuía uma produção de caráter majoritariamente historicista, seguindo preceitos caros à cultura histórica oitocentista. O objeto era entendido como realidade externa ao analista. O documento, considerado "fiel depositário da verdade", a quem os estudiosos "delegavam toda a objetividade reclamada por um saber que, na realidade, apenas conciliava o necessário teor 'verídico' das narrativas às funções seletiva e afetiva – não crítica – da memória, enquanto instância de sacralização do passado." (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 165). Concentrados sobre o tema das "origens", estabeleceu-se como "fundadores do Rio Grande" os agentes da conquista lusitana e os heróis farroupilhas.

A nova mentalidade, então impregnada de nacionalismo, girou em torno da construção da unidade nacional. O Rio Grande do Sul deveria assemelhar-se ao Brasil, semelhança existente desde sempre. Criou-se a imagem de um estado forte, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço e alcance conseguido com a Revolução de 1930. Tal foi a tarefa que os construtores da história gaúcha se impuseram desde a década de 1920. E "essa orientação apresenta seguidores até a atualidade". (GUTFREIND, 1992, p. 23).

As mudanças na matriz disciplinar

A partir da década de 40, a memória canônica estabelecida pelas primeiras gerações do IHGRS e o modelo de como produzir História preconizado pelo Instituto começam a ser problematizados e criticados. O objetivo geral contido na escrita da história ainda mantinha o mesmo norte – a relação entre região e nação, a afirmação dos intelectuais "da província" em relação aos locais centrais de produção e consumo cultural no país (Rio de Janeiro e São Paulo) e o capital simbólico advindo –, mas agora com a conversão da antiga missão política de projeção do Rio Grande ao poder central em uma missão de reabilitação externa da imagem cultural do estado e de seus representantes. (NEDEL, 2007, p. 86).

No centro do país – local das principais editoras, espaços de sociabilidade intelectual, instituições consagradas – os debates se renovavam marcados por um projeto mais amplo de repensar a sociedade brasileira por meio de sua formação, (re)discutindo a busca da identidade nacional.

De acordo com Vilhena (1996) pode-se compreender os debates sobre os rumos da pesquisa social brasileira, entre meados da década de 1930 à década de 1960, em torno de três modelos intelectuais conflitantes e em busca de afirmação. A vanguarda sociológica paulista, localizada na Universidade de São Paulo, a partir dos anos 1950, atuando de forma autônoma em relação ao poder central devido à própria posição que aquele estado ocupava (principal economia, mas não o centro do poder). Um segundo grupo podia-se identificar no Rio de Janeiro, ligado ao Estado em órgãos como o Iseb e a universidade. Um terceiro grupo seria o que o autor identifica como o Movimento Foclorista, o qual teve atuação mais destacada no final da década de 1940 e nos anos 1950, pensando a sociedade brasileira a partir do regional e da cultura popular como essenciais para a formação de identidade nacional, cujo modelo a ser seguido era o regionalismo pernambucano e a obra de seu mentor, Gilberto Freyre.

Os três caminhos procuravam modernizar a pesquisa no país, rompendo com as abordagens hegemônicas entre a maior parte da intelectualidade de então, pautadas em teorias científicas e evolucionistas.

No estado, o sonho de "agauchar o Brasil" unindo forças em prol da Revolução de 30 foi frustrado, e os próprios protagonistas observaram que nos modelos consagrados de cultura brasileira, o RS havia ficado de fora, investido em alimentar uma memória oficial alicerçada num panteão político-militar. A percepção dos limites de interlocução com nomes reconhecidos da produção escrita nacional colaborou para que se manifestasse uma vontade de "atualização científica" como "precondição de reconhecimento da comunidade intelectual mais ampla à validade das discussões locais." (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 174).

A percepção da "insignificância dos debates paroquiais na agenda intelectual brasileira" (NEDEL, 2007, p. 99) atingiu todos os agentes envolvidos na produção escrita do estado. Nacionalmente, a gauchesca e seu tipo ideal não conseguiam evocar as qualidades essenciais do brasileiro – sobretudo em comparação ao sertanejo. O alicerce desse diagnóstico comum foi que a tradicional fusão entre o gaúcho heroico e o agente da conquista lusitana consolidou-se internamente num momento em que, no centro e em outras regiões do país, os estudos sobre folclore e cultura popular passavam a ser valorizados.

Sentindo a rejeição aos "livros da província" vários intelectuais fizeram coro às críticas ao regionalismo conservador local, que manteve a valorização da estirpe lusitana/imperial dos heróis farroupilhas e republicanos, enquanto a nação brasileira passava a

ver-se como mestiça. "Todos concordavam que, no Rio Grande do Sul, ao contrário dos estados do Nordeste, sobrava tradição política e 'faltava cultura popular'". Concluiu-se que: "o artificialismo desfigurador e homogeneizante dos retratos heroicos do gaúcho é que teriam diminuído o grau de representatividade da gauchesca diante de outras produções regionais." (NEDEL, 2007, p. 102-103).

O problema não era o regionalismo em si, mas as formas de trabalhá-lo, os critérios de autenticidade mobilizados nesse trabalho. As críticas dirigiam-se para o regionalismo de feições "heroicas", o que não excluiu a legitimidade dos temas regionais ou locais, do contrário, as conclusões regionalistas mantiveram-se.

Assim, no período posterior ao Estado Novo, principalmente, o revisionismo alastrou-se sobre grande parte das obras preocupadas com a origem e a formação regional, motivado pelo desejo dos intelectuais de transporem os limites do local e incluírem o estado no arcabouço cultural da nação. Ocorreu, então, um processo de atualização e readequação conceitual e temática das narrativas aos novos parâmetros de representação da nacionalidade, adotada tanto por antigos defensores do regionalismo literário (Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Manoelito de Ornellas), como por intelectuais de peso ligados ao projeto de 1930, agora descontentes com seus rumos, como Augusto Meyer.

A renovação de esforços para conciliar a região à nação, segundo Nedel e Rodrigues (2005), criou dois grupos dentro do IHGRS, ambos preocupados em preservar a unidade cultural da nação, mas por caminhos e formas divergentes sobre a contribuição do Rio Grande para a composição do Brasil.

O primeiro grupo contém autores como Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, para quem a história do estado era a crônica da brasilidade conquistada belicosamente pelo RS, documentalmente comprovada. O lugar diferenciado do estado no conjunto nacional dava-se pelas vias de ter "optado" por integrar-se ao conjunto nacional, tendo a Guerra dos Farrapos papel fundamental nesse processo. Narravam-se práticas políticas, diplomáticas e de guerra dos militares luso-brasileiros, privilegiando os espaços da Campanha e da fronteira oeste. Fundamentalmente, o modelo de história tradicional, focado na contribuição dada pelo Rio Grande à nação vinculado mais à conquista armada.

No segundo grupo veem-se autores como Dante de Laytano, Athos Damasceno Ferreira, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, investindo na diversificação dos temas de

pesquisa, mais focados em aspectos culturais, especificamente na cultura popular – ou por ligações com vanguardas modernistas, ou por apreço à temática gauchesca platina ou por adesão ao culturalismo de Freyre. Tentava-se afirmar a unidade do território brasileiro – e da nação – por meio da heterogeneidade cultural, permitindo, então, a reciprocidade cultural do Rio Grande com seus vizinhos do Prata. Assim, a região, para pertencer ao todo, também deveria ser diversa em si: fala-se das Missões, da serra e do planalto; influenciados pelas ciências sociais, principalmente os estudos folclóricos, narram-se as práticas religiosas, festividades, cooperações; admitem-se outros sujeitos históricos, como os negros e os indígenas.

As concepções do primeiro grupo foram majoritárias. Para os historiadores dissidentes do IHGRS, a solução encontrada foi mergulhar mais fundo no passado atrás de um "gaúcho visto debaixo", do povo que gestou a nação – e aqui reside a importância da historiografia para aquele período. As provas da fiel participação gaúcha na formação do perfil autêntico brasileiro seriam fornecidas não mais pelo "recurso sistemático à progenitura de líderes guerreiros, mas pela seleção dos traços adequados à vinculação do 'povo' gaúcho com o padrão cultural sintetizado na fábula original das três raças." (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 174).

Há, por exemplo, os desdobramentos regionais do Movimento Folclórico Brasileiro, com a criação da Comissão Estadual do Folclore (CEF) em 1948, indicando uma das vias às tentativas de atualização teórico-metodológica. Desdobramento local da Comissão Nacional do Folclore (CNFL) – organizada na capital do país como parte da convenção internacional de criação da UNESCO em 1947 –, a CEF foi um dos núcleos mais ativos dentre as várias Comissões estaduais, criadas em prol da institucionalização desses estudos no Brasil. A partir de 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e as Comissões (tanto central, quanto estaduais) mantiveram um programa de estudos visando atender, primeiramente, um levantamento folclórico nacional, a luta pela preservação das heranças culturais e regionais e sua integração no calendário cívico nacional; em seguida, a introdução do folclore no ensino formal em níveis fundamental e superior. Estes estudos inseriam-se no processo de modernização das Ciências Sociais no país, e almejavam a padronização de critérios seguros de trabalho e análise, uma "compreensão científica da cultura popular" comprometida com a

inclusão das populações rurais na sociedade nacional, ao contrário do folclorismo anterior, literário, amador, saudosista: "de gabinete". (NEDEL, 2011, p. 195).⁵

Ao procurar refundar a legitimidade da produção historiográfica local, procurava-se também recuperar a dignidade do tipo e a reputação dos autores encarregados da produção cultural do Rio Grande:

Mesmo sem propor grandes rupturas epistemológicas com a historiografia inspirada na tríade taineana do meio-raça e momento, essa espécie de 'história social' desafiava os limites estreitos da crônica política baseada na vida e na obra de mandatários do Estado. Ela reabilitava, além disso, a validade de fontes não-oficiais, até ali preteridas pelos historiadores em favor da documentação diplomática. (NEDEL, 2007, p. 104).

A relevância, para estes autores, da obra de Gilberto Freyre foi fundamental, nos sentidos mais vastos. No que tange a concorrência nacional entre os grupos intelectuais locais, havia uma aliança tática diante dos anseios de consagração intelectual além do espaço de origem comum aos envolvidos, já que todos se compreendiam como periféricos – fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O regionalismo tradicionalista pernambucano falava aos rio-grandenses apegados a suas raízes.

A ênfase de Freyre na compreensão da região como o ponto de partida para o entendimento do Brasil estimula os "escribas da província" a reconstruírem os caracteres distintos da região, integrando a particularidade cultural do Rio Grande do Sul nos limites da "civilização lusitana".

Contudo, se o Nordeste fora eleito como o núcleo gerador do Brasil no plano simbólico, as origens da sociedade brasileira residiam em tempos e lugares anteriores à incorporação do Rio Grande ao território, ocorrida já no século XIX. Para resolver esse impasse, em uma conferência intitulada *Continente e Ilha*, lida em novembro de 1940 na Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, o próprio Gilberto Freyre ofereceu uma espécie de saída metodológica, descrevendo a forma pela qual o Império português soube estender sua influência ao sul, por meio dos luso-brasileiros e açorianos.

⁵ No âmbito estadual, o movimento foi disputado por dois grupos de interesse: de um lado, os eruditos da CEF, ligados à Comissão Nacional; de outro, um grupo de estudantes secundaristas que ao longo das duas décadas seguintes acabariam constituindo-se nos ideólogos do chamado *Movimento Tradicionalista Gaúcho* (MTG). Sobre os desdobramentos dessa disputa, a identificação inicial de alguns eruditos com o MTG e as dissensões posteriores ver: NEDEL, 2011.

A ideia central da palestra é a de que, ao lado do sentido continental do esforço colonizador na América, a "civilização atlântica" teria se forjado não apenas baseada na expansão de um centro rumo às áreas periféricas, mas também através de "ilhas sociológicas" de energia lusitana, localizadas em áreas economicamente estratégicas, as quais posteriormente se converteram em regiões culturais – um "arquipélago sociológico ou cultural de proporções continentais". A colonização açoriana a partir de casais, no extremo meridional do Brasil, seria um fator de estabilização da conquista portuguesa sobre uma área conflituosa. A densidade adquirida por essa herança ilhoa, suficiente para deter as influências castelhanas, serviria à assimilação de futuras correntes migratórias que, uma vez aculturadas, prestariam serviço ao adensamento do "espírito nacional". (FREYRE, 1973, p. 141-172).

Assim, uma parte da produção escrita do estado buscou desenvolver uma tese *culturalista* para a formação do Rio Grande, desde o ocaso do Estado Novo, articulando elementos geográficos, linguísticos, históricos, numa abertura às Ciências Sociais, passando a utilizar conceitos como "aculturação" e "assimilação".⁶

Percebe-se, então, que os caminhos diversos seguidos por esses autores estão além unicamente de partidarismos políticos e circulam, também, no terreno dos modelos de como se escrever a História/história do estado. Dessa maneira, parece que a questão da historiografia gaúcha não era unicamente "o dilema da fronteira", ou seja, apenas uma dicotomia platinista/lusitanista ou separatista/integracionista. O problema era a história elitista que se fazia nas academias do estado.

Ao cruzar-se com a sociologia de Freyre, com o folclorismo, a disciplina histórica refundou suas legitimidades intelectuais diante da modernização "científica" da pesquisa social brasileira do período, olhando para seus antecessores como obsoletos, acusando-os de comprometimento ideológico e levando adiante a tarefa de inserir "uma formação regional 'desviante' nos quadros de uma cultura brasileira elaborada segundo a linha de representação

⁶ Uma pequena citação pode elucidar, através da atenção à obra do mestre de Freyre, os parâmetros através dos quais o autor fundamentava seus estudos e o *culturalismo*: "[Franz Boas] dava ênfase ao conceito de 'cultura', combatendo o evolucionismo biológico, racial. Boas não acreditava que a pobreza estaria reservada aos mestiços ditos 'biologicamente inferiores'. A raça não seria determinante sobre o meio cultural. Os grupos diversos de uma mesma raça respondem diferentemente aos desafios geográficos, econômicos, sociais, políticos, criando culturas distintas. Como os meios antropológicos estavam marcados pelo determinismo geográfico e racial, esta ênfase na 'cultura' traria uma mudança significativa na pesquisa social. Os fenômenos culturais são complexos e não se submetem a leis. Boas negava o determinismo, o evolucionismo, o cientificismo e se aproximava do historicismo alemão com sua ênfase na cultura e na relatividade dos valores". (REIS, 2010, p. 143-44).

plural", fundada pelos modernismos da década de 20 e institucionalizada em plena recomposição político-administrativa dos anos 1930-1945. (NEDEL, 2007, p. 108).

Um exemplo claro desse interesse comum dos literatos regionais em projetar o estado para o Brasil, culturalmente, legitimando a qualidade do produzido localmente no âmbito nacional – ao mesmo tempo em que internamente incrementava o sentimento afetivo dos leitores pela terra natal –, é percebido na publicação da revista *Província de São Pedro*. As revistas – e demais publicações culturais escritas de ampla circulação – são um espaço de divulgação do saber letrado e socialização intelectual e podem ser compreendidas como veículos de transmissão de ideias e vértice para a formação de redes intelectuais entre os autores envolvidos.

Mara Rodrigues (2010), nota que a *Província de São Pedro*, publicada entre 1945 e 1957, preocupava-se em divulgar um panorama genérico da cultura local, por meio da publicação de uma gama ampla de temáticas. Em quase todas as edições, nos editoriais, cartas ou notas, ressaltava-se a chancela e os comentários de intelectuais "nacionais", procurando demonstrar o estreitamento de laços e a inserção em espaços políticos e culturais de consagração nacional. Habilitar externamente a imagem cultural do estado era habilitar também seus porta-vozes legítimos.

Como pressuposto dos novos moldes para o regionalismo intelectual havia o afastamento das elites culturais vinculadas à Editora do Globo da política, no sentido de lutas governamentais. A revista explicitava claramente as intenções "culturais" regionalistas, consistindo numa reação desta elite às novas condições nas relações centro/periferia e ao antigo regionalismo tradicionalista. Além do afastamento do regionalismo político – "gauchizar o Brasil" – a linguagem e o público visado são outros, constituindo-se nos próprios intelectuais e na população escolarizada e politicamente interessada. Cabe destacar que o "cultural" não exclui totalmente a política, pois a define como um fenômeno regional, em que a unidade cultural é também a unidade geopolítica, em suas relações com a unidade maior, constituída pela nação. (CORADINI, 2003, p. 135-136).

Mesmo Moysés Vellinho, editor-chefe da revista – e a maioria dos historiadores regionais do período –, tendo mantido um "padrão de escrita" fundamentado na crônica política, episódica, privilegiando a tradição militar e, principalmente, a preponderância étnica luso-brasileira e o tipo regional gaúcho bravo defensor íntegro das fronteiras, os autores

dissidentes do IHGRS – classificados por Gutfreind como *platinistas* – também foram publicados na *Província de São Pedro*, demonstrando confluência de interesses sobrepostos aos partidarismos políticos individuais, ou mesmo coletivos.

Dessa forma, na recuperação da historicidade dos processos e atores envolvidos nas lutas pela imposição de projetos específicos de interpretação do passado, a especialização da História no estado, as mudanças na matriz disciplinar e as disputas sobre o passado ao longo do século XX demonstra que:

Ao invés da 'sobrevivência' de leituras 'platinistas' da cultura regional originadas da virada do século, o que os anos 40 e 50 mostram é o aporte de importantes modificações ao panorama intelectual do estado, com o aparecimento de abordagens diferenciadas sobre sua história, além do alargamento do campo de atuação de pesquisadores e o consequente reacender ou florescer de rivalidades entre eles" (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 172).

O que se vê é menos uma sucessão linear do predomínio de tendências interpretativas opostas do que a coexistência permanente de grupos e atividades intelectuais que focalizam contraditoriamente a representação do espaço regional.

Toda uma geração de intelectuais sul-rio-grandenses, neste período, teve de rever suas estratégias de inserção na produção cultural nacional. O Rio Grande, historicamente difícil de ser representado simbolicamente no arcabouço nacional, levou seus porta-vozes culturais a entrar em disputa novamente pela legitimidade. Diante das novas representações da identidade nacional brasileira – regional e popular – de meados do século XX, havia a preocupação em participar dessa identificação, evidenciando que os atributos compósitos do todo eram também aqueles da parte.

Diante da expansão do mercado editorial operada nesse período, o cenário era favorável à circulação das "proposições romanescas e historiográficas que abrasileiravam a cultura do estado", redigidas para um público mais amplo que excedia o círculo erudito, o que também aumentou o número dos produtores de cultura letrada. De acordo com a perspectiva daqueles autores, a conquista dos gaúchos no século XX não deveria mais ser de fronteiras e territórios, ou postos no governo central do país, como na Revolução de 1930, mas "sim de mercados mais ampliados para os produtos culturais do extremo sul brasileiro." (RODRIGUES, 2010, p. 995).

O que parece ter acontecido na historiografia local é a renovação do sempre presente esforço de conciliação entre região e nação – através de novas formas de retratação do primeiro sem ameaça à unidade do segundo. Reorganizando a relação da parte com o todo, permitiu-se operar sobre a antiga ambivalência constitutiva do Rio Grande fronteiriço desde um novo ponto de vista. Através dos costumes, da tradição oral, do cotidiano, a defesa do pertencimento à "civilização luso-brasileira" continua, mas desviando-se em direção ao fortalecimento das *regiões culturais*, vistas como vitalidade da cultura nacional.

Manoelito de Ornellas e seus gaúchos beduínos

A publicação, em 1948, de *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* marcou a resposta de Manoelito de Ornellas a este debate, buscando interpretar o processo histórico que moldou a região e seus habitantes.⁷ Poeta, romancista e crítico, Ornellas também foi um destacado folclorista, em parte, devido a suas ligações com o Modernismo:

O folclore não é somente um perfil da História. É, muitas vezes, um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. [Mas] uma outra História se escreve, sem o prestígio da imprensa e a consagração erudita das cátedras. É a história que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças que se tornam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa. (ORNELLAS, 1966, p. 87).

Além da clara filiação com a definição de um *folk*, percebemos o conflito entre a História canônica e os novos objetos culturais/folclóricos. Em *Gaúchos e beduínos*, a tese central traz em sua espinhal dorsal a relevância dos fatores culturais às interpretações de Ornellas. Investigando hábitos, costumes, tradições, o autor interpreta a gênese da poesia campeira, da música, da língua, das vestimentas, das lendas e superstições, dos folguedos, a

⁷ O uso do vocábulo "formação" é um forte indicativo epistemológico sobre a historiografia brasileira escrita entre 1930-1950. Valendo-se de categorias trans-históricas e estruturais, as obras davam ênfase à identidade e semelhança, às origens/determinações: "uma visão historicista do evento histórico, pensando-o sempre como continuidade, desdobramento (...) de um dado aspecto da realidade em relação a processos idênticos no passado". (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 20).

arquitetura, uma gama de novos objetos para a explicação dos caracteres típicos e influências/permanências na formação social do sul-rio-grandense e do brasileiro.

Percebe-se, através das próprias palavras de Ornellas e do caráter explicativo geral de sua obra, o posicionamento diante dos debates internos ao IHGRS. A obra toca em pontos nevrálgicos para a definição da essência sul-rio-grandense, procurando solucionar o impasse entre as exterioridades constitutivas a partir de uma ancestralidade comum: a influência moura na Península Ibérica. O RS, historicamente espanhol e português, emerge como um território semelhante àquele que lhe dera nascimento através da colonização europeia. A influência árabe dá sentido tanto à singularidade do estado, quanto é fator de integração à nação brasileira: não há razão em dividir o que já era semelhante desde a origem.

Com parca fortuna crítica, Ornellas possui em Ieda Gutfreind uma rara comentadora. Vendo-o como "o último platinista", é responsável pelo canto do cisne daquela matriz historiográfica, responsável por uma historiografia "linear, narrativa, com muitas leituras, visando criar uma história que teria, entre seus mais altos fins, a função de estimular a iniciação patriótica e o culto nacional". (GUTFREIND, 1992, p. 186). Ele não encontrou espaço devido ao próprio contexto político-intelectual. Às vinculações de berço com a oposição ao PRR, à crítica de Borges de Medeiros e posteriormente de Vargas, Ornellas somou a esta "contramão" a escolha intelectual pela matriz platinista.

Apontamentos finais

Paul Ricoeur (2007) nos diz que no plano das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A memória coletiva está ligada a uma história "autorizada", a história oficial, aprendida e celebrada publicamente. Percebe-se a ligação entre memória coletiva, história e identidade: a memória encontra-se relacionada em benefício da rememoração dos acontecimentos da história comuns como os fundadores da identidade comum. "O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade." A memória enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro.

Entende-se que os intelectuais envolvidos na escrita de uma história regional buscavam o estabelecimento de uma essência sul-rio-grandense, o *ser gaúcho*, uma memória

cultural ufanista.⁸ Ocorre a mobilização da memória a serviço da busca da identidade, uma definição do "quem sou eu"; somos estes, assim e não de outro modo. A história era o local privilegiado para obtenção de matéria-prima ao empreendimento.

No contexto de produção de *Gaúchos e beduínos*, tais disputas tomaram novos rumos, a história disciplinar e seus autores mudaram. Manoelito de Ornellas e sua obra inserem-se no âmago desse processo.

As teses de Gutfreind parecem não se sustentar ao longo de todo período analisado: 1920-1975. A autora reduz a disputa pelo passado apenas ao lugar social de emissão do discurso, desconsiderando a prática e as regras para escrita do texto historiográfico. Ornellas denuncia isso ao afirmar que a cultura não era um objeto da "mesma grandeza" da história política. Aqui, podemos pensar com Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 39) que a relação mesma entre passado e presente é, em si, histórica. Mudam-se as regras para a escrita da história, muda também a explicação/compreensão explícita ou implícita – e a sociedade onde é gerada. A verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação (pretensamente científica) entre "palavras" e "fatos".

Quando se fala em "identidade regional" fala-se exatamente da necessidade de se criar um senso de comunidade através da invenção de tradições, costumes comuns, eventos fundadores: construir socialmente a realidade. Disciplina por excelência nas tentativas de uma sociedade se articular diante do tempo, a História é protagonista desse processo, ao mobilizar a linguagem em forma narrativa para esse fim, torna-se também agente social.

No Rio Grande do Sul, a ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constituem num dos principais suportes da construção social da identidade, constantemente atualizada, reposta e evocada. Dentro da identidade nacional multifacetada, a imagem consagrada do habitante do estado, o típico *gaúcho* é um dos pontos nevrálgicos na representação coletiva regional. De marginal a herói, o *gaúcho*, hoje, somos todos nós, habitantes do Rio Grande do Sul.

⁸ "A memória cultural é um tipo de memória que sobrevive ao tempo, que transcende o tempo de vida do indivíduo. Existiu antes de mim e existirá depois de mim. Participo dessa memória cultural enquanto estiver vivo. Como essa memória existe por um longo tempo, os mortos podem se comunicar com os vivos e os vivos podem se comunicar com as próximas gerações. Se não tivéssemos esse conceito, cada um só teria à disposição sua própria memória e não haveria essa memória cultural." Entrevista com Aleida Assman. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/564/lembrar-para-nao-repetir>>

Manoelito de Ornellas endossa a versão laudatória do gaúcho: já nas páginas iniciais de *Gaúchos e Beduínos* percebemos as intenções de reabilitação. Há um diálogo aberto com as interpretações "nacionais" sobre o Rio Grande e o gaúcho: Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e José de Alencar são criticados. Euclides da Cunha, em especial, principalmente por ser uma das maiores influências declaradas de Ornellas, é questionado por "enaltecer o sertanejo e subestimar o gaúcho ao considerar o primeiro um forte e o segundo um fraco" (ORNELLAS, 1999, p. XXVII).

Acredita-se que os intelectuais em disputa por projetos identitários estavam disputando a elaboração da *maneira legítima de ver o mundo*. A definição das origens e da essência do Rio Grande do Sul e de seus habitantes teria como prêmio a figuração de uma identidade cultural autêntica, a representação do mundo social mais apropriada: a que nós definirmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

ARMANI, Carlos Henrique. *Identidades e Fragmentação no pensamento de Emílio de Souza Docca*. Dissertação. (mestrado em História). – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

CORADINI, Odaci Luiz. *As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 125-144.

FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEDEL, Letícia Borges. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Maná*, v. 13, n. 1, 2007, p. 85-118.

_____. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011, p. 193-215.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerário da História no Rio Grande do Sul. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORNELLAS, Manoelito de. *Máscaras e murais de minha terra*. Porto Alegre: Globo, 1966.

_____. *Gaúcho e beduínos: origens étnicas e a formação social do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Regionalismo, modernidade e legitimidades intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930 a 1964). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, out.-dez. 2010, p. 993-1008.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa e intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. V.11, n.32 São Paulo out. 1996.